

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável



INSTITUTO  
FEDERAL  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador



Ano 2020



# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

Eduardo do Nascimento



16ª SEMANA  
NACIONAL DE  
CIÊNCIA E  
TECNOLOGIA  
Bioeconomia, Diversidade e Riqueza para o  
Desenvolvimento Sustentável

  
**INSTITUTO  
FEDERAL**  
Santa Catarina  
Câmpus  
Caçador

  
**Atena**  
Editora  
Ano 2020

  
**PÁTRIA AMADA  
BRASIL**  
GOVERNO FEDERAL

  
**CNPq**

**Editora Chefe**

Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

**Assistentes Editoriais**

Natalia Oliveira

Bruno Oliveira

Flávia Roberta Barão

**Bibliotecário**

Maurício Amormino Júnior

**Projeto Gráfico e Diagramação**

Natália Sandrini de Azevedo

Camila Alves de Cremona

Karine de Lima Wisniewski

Luiza Alves Batista

Maria Alice Pinheiro

**Imagens da Capa**

Shutterstock

**Edição de Arte**

Luiza Alves Batista

**Revisão**

Os Autores

2020 by Atena Editora

Copyright © Atena Editora

Copyright do Texto © 2020 Os autores

Copyright da Edição © 2020 Atena Editora

Direitos para esta edição cedidos à Atena Editora pelos autores.



Todo o conteúdo deste livro está licenciado sob uma Licença de Atribuição *Creative Commons*. Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0).

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores, inclusive não representam necessariamente a posição oficial da Atena Editora. Permitido o *download* da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

A Atena Editora não se responsabiliza por eventuais mudanças ocorridas nos endereços convencionais ou eletrônicos citados nesta obra.

Todos os manuscritos foram previamente submetidos à avaliação cega pelos pares, membros do Conselho Editorial desta Editora, tendo sido aprovados para a publicação.

**Conselho Editorial****Ciências Humanas e Sociais Aplicadas**

Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas

Prof. Dr. Alexandre Jose Schumacher – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso

Prof. Dr. Américo Junior Nunes da Silva – Universidade do Estado da Bahia

Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná

Prof. Dr. Antonio Gasparetto Júnior – Instituto Federal do Sudeste de Minas Gerais

Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília

Prof. Dr. Carlos Antonio de Souza Moraes – Universidade Federal Fluminense

Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa

Prof. Dr. Deyvison de Lima Oliveira – Universidade Federal de Rondônia  
Prof. Dr. Edvaldo Antunes de Farias – Universidade Estácio de Sá  
Prof. Dr. Elson Ferreira Costa – Universidade do Estado do Pará  
Prof. Dr. Eloi Martins Senhora – Universidade Federal de Roraima  
Prof. Dr. Gustavo Henrique Cepolini Ferreira – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionale delle Figlie de Maria Ausiliatrice  
Prof. Dr. Jadson Correia de Oliveira – Universidade Católica do Salvador  
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense  
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins  
Prof. Dr. Luis Ricardo Fernandes da Costa – Universidade Estadual de Montes Claros  
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Pereira da Silva – Pontifícia Universidade Católica de Campinas  
Profª Drª Maria Luzia da Silva Santana – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul  
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Rita de Cássia da Silva Oliveira – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof. Dr. Rui Maia Diamantino – Universidade Salvador  
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. William Cleber Domingues Silva – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

#### **Ciências Agrárias e Multidisciplinar**

Prof. Dr. Alexandre Igor Azevedo Pereira – Instituto Federal Goiano  
Profª Drª Carla Cristina Bauermann Brasil – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Antonio Pasqualetto – Pontifícia Universidade Católica de Goiás  
Prof. Dr. Cleberton Correia Santos – Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná  
Profª Drª Diocléa Almeida Seabra Silva – Universidade Federal Rural da Amazônia  
Prof. Dr. Écio Souza Diniz – Universidade Federal de Viçosa  
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul  
Prof. Dr. Fágner Cavalcante Patrocínio dos Santos – Universidade Federal do Ceará  
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof. Dr. Jael Soares Batista – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Júlio César Ribeiro – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Profª Drª Lina Raquel Santos Araújo – Universidade Estadual do Ceará  
Prof. Dr. Pedro Manuel Villa – Universidade Federal de Viçosa  
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão  
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará  
Profª Drª Talita de Santos Matos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Dr. Tiago da Silva Teófilo – Universidade Federal Rural do Semi-Árido  
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas

#### **Ciências Biológicas e da Saúde**

Prof. Dr. André Ribeiro da Silva – Universidade de Brasília  
Profª Drª Anelise Levay Murari – Universidade Federal de Pelotas  
Prof. Dr. Benedito Rodrigues da Silva Neto – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Douglas Siqueira de Almeida Chaves – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

Prof. Dr. Edson da Silva – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eleuza Rodrigues Machado – Faculdade Anhanguera de Brasília  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Elane Schwinden Prudêncio – Universidade Federal de Santa Catarina  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Eysler Gonçalves Maia Brasil – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira  
Prof. Dr. Ferlando Lima Santos – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Gabriela Vieira do Amaral – Universidade de Vassouras  
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria  
Prof. Dr. Helio Franklin Rodrigues de Almeida – Universidade Federal de Rondônia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Iara Lúcia Tescarollo – Universidade São Francisco  
Prof. Dr. Igor Luiz Vieira de Lima Santos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Jesus Rodrigues Lemos – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Jônatas de França Barros – Universidade Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. José Max Barbosa de Oliveira Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará  
Prof. Dr. Luís Paulo Souza e Souza – Universidade Federal do Amazonas  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Magnólia de Araújo Campos – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof. Dr. Marcus Fernando da Silva Praxedes – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Mylena Andréa Oliveira Torres – Universidade Ceuma  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federaci do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Paulo Inada – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Regiane Luz Carvalho – Centro Universitário das Faculdades Associadas de Ensino  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Renata Mendes de Freitas – Universidade Federal de Juiz de Fora  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande

#### **Ciências Exatas e da Terra e Engenharias**

Prof. Dr. Adélio Alcino Sampaio Castro Machado – Universidade do Porto  
Prof. Dr. Alexandre Leite dos Santos Silva – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Dr. Carlos Eduardo Sanches de Andrade – Universidade Federal de Goiás  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carmen Lúcia Voigt – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Dr. Douglas Gonçalves da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof. Dr. Fabrício Menezes Ramos – Instituto Federal do Pará  
Prof<sup>a</sup> Dra. Jéssica Verger Nardeli – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho  
Prof. Dr. Juliano Carlo Rufino de Freitas – Universidade Federal de Campina Grande  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Luciana do Nascimento Mendes – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Marcelo Marques – Universidade Estadual de Maringá  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Neiva Maria de Almeida – Universidade Federal da Paraíba  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte  
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista

#### **Linguística, Letras e Artes**

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Adriana Demite Stephani – Universidade Federal do Tocantins  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Angeli Rose do Nascimento – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Carolina Fernandes da Silva Mandaji – Universidade Tecnológica Federal do Paraná  
Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Denise Rocha – Universidade Federal do Ceará

Prof. Dr. Fabiano Tadeu Grazioli – Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões  
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná  
Profª Drª Keyla Christina Almeida Portela – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso  
Profª Drª Miranilde Oliveira Neves – Instituto de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará  
Profª Drª Sandra Regina Gardacho Pietrobon – Universidade Estadual do Centro-Oeste  
Profª Drª Sheila Marta Carregosa Rocha – Universidade do Estado da Bahia

#### **Conselho Técnico Científico**

Prof. Me. Abrãao Carvalho Nogueira – Universidade Federal do Espírito Santo  
Prof. Me. Adalberto Zorzo – Centro Estadual de Educação Tecnológica Paula Souza  
Prof. Me. Adalto Moreira Braz – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Dr. Adaylson Wagner Sousa de Vasconcelos – Ordem dos Advogados do Brasil/Seccional Paraíba  
Prof. Dr. Adilson Tadeu Basquerote Silva – Universidade para o Desenvolvimento do Alto Vale do Itajaí  
Prof. Me. Alexsandro Teixeira Ribeiro – Centro Universitário Internacional  
Prof. Me. André Flávio Gonçalves Silva – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Ma. Anne Karynne da Silva Barbosa – Universidade Federal do Maranhão  
Profª Drª Andreza Lopes – Instituto de Pesquisa e Desenvolvimento Acadêmico  
Profª Drª Andrezza Miguel da Silva – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia  
Prof. Dr. Antonio Hot Pereira de Faria – Polícia Militar de Minas Gerais  
Prof. Me. Armando Dias Duarte – Universidade Federal de Pernambuco  
Profª Ma. Bianca Camargo Martins – UniCesumar  
Profª Ma. Carolina Shimomura Nanya – Universidade Federal de São Carlos  
Prof. Me. Carlos Antônio dos Santos – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
Prof. Ma. Cláudia de Araújo Marques – Faculdade de Música do Espírito Santo  
Profª Drª Cláudia Taís Siqueira Cagliari – Centro Universitário Dinâmica das Cataratas  
Prof. Me. Daniel da Silva Miranda – Universidade Federal do Pará  
Profª Ma. Daniela da Silva Rodrigues – Universidade de Brasília  
Profª Ma. Daniela Remião de Macedo – Universidade de Lisboa  
Profª Ma. Dayane de Melo Barros – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Douglas Santos Mezacas – Universidade Estadual de Goiás  
Prof. Me. Edevaldo de Castro Monteiro – Embrapa Agrobiologia  
Prof. Me. Eduardo Gomes de Oliveira – Faculdades Unificadas Doctum de Cataguases  
Prof. Me. Eduardo Henrique Ferreira – Faculdade Pitágoras de Londrina  
Prof. Dr. Edwaldo Costa – Marinha do Brasil  
Prof. Me. Eliel Constantino da Silva – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita  
Prof. Me. Ernane Rosa Martins – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Goiás  
Prof. Me. Eivaldo de Sousa Costa Junior – Prefeitura Municipal de São João do Piauí  
Profª Ma. Fabiana Coelho Couto Rocha Corrêa – Centro Universitário Estácio Juiz de Fora  
Prof. Dr. Fabiano Lemos Pereira – Prefeitura Municipal de Macaé  
Prof. Me. Felipe da Costa Negrão – Universidade Federal do Amazonas  
Profª Drª Germana Ponce de Leon Ramírez – Centro Universitário Adventista de São Paulo  
Prof. Me. Gevair Campos – Instituto Mineiro de Agropecuária  
Prof. Dr. Guilherme Renato Gomes – Universidade Norte do Paraná  
Prof. Me. Gustavo Krahl – Universidade do Oeste de Santa Catarina  
Prof. Me. Helton Rangel Coutinho Junior – Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro  
Profª Ma. Isabelle Cerqueira Sousa – Universidade de Fortaleza

Profª Ma. Jaqueline Oliveira Rezende – Universidade Federal de Uberlândia  
Prof. Me. Javier Antonio Albornoz – University of Miami and Miami Dade College  
Prof. Me. Jhonatan da Silva Lima – Universidade Federal do Pará  
Prof. Dr. José Carlos da Silva Mendes – Instituto de Psicologia Cognitiva, Desenvolvimento Humano e Social  
Prof. Me. Jose Elyton Batista dos Santos – Universidade Federal de Sergipe  
Prof. Me. José Luiz Leonardo de Araujo Pimenta – Instituto Nacional de Investigación Agropecuaria Uruguay  
Prof. Me. José Messias Ribeiro Júnior – Instituto Federal de Educação Tecnológica de Pernambuco  
Profª Drª Juliana Santana de Curcio – Universidade Federal de Goiás  
Profª Ma. Juliana Thaisa Rodrigues Pacheco – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Drª Kamilly Souza do Vale – Núcleo de Pesquisas Fenomenológicas/UFPA  
Prof. Dr. Kárpio Márcio de Siqueira – Universidade do Estado da Bahia  
Profª Drª Karina de Araújo Dias – Prefeitura Municipal de Florianópolis  
Prof. Dr. Lázaro Castro Silva Nascimento – Laboratório de Fenomenologia & Subjetividade/UFPR  
Prof. Me. Leonardo Tullio – Universidade Estadual de Ponta Grossa  
Profª Ma. Lilian Coelho de Freitas – Instituto Federal do Pará  
Profª Ma. Liliani Aparecida Sereno Fontes de Medeiros – Consórcio CEDERJ  
Profª Drª Lívia do Carmo Silva – Universidade Federal de Goiás  
Prof. Me. Lucio Marques Vieira Souza – Secretaria de Estado da Educação, do Esporte e da Cultura de Sergipe  
Prof. Me. Luis Henrique Almeida Castro – Universidade Federal da Grande Dourados  
Prof. Dr. Luan Vinicius Bernardelli – Universidade Estadual do Paraná  
Prof. Dr. Michel da Costa – Universidade Metropolitana de Santos  
Prof. Dr. Marcelo Máximo Purificação – Fundação Integrada Municipal de Ensino Superior  
Prof. Me. Marcos Aurelio Alves e Silva – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de São Paulo  
Profª Ma. Maria Elanny Damasceno Silva – Universidade Federal do Ceará  
Profª Ma. Marileila Marques Toledo – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri  
Prof. Me. Ricardo Sérgio da Silva – Universidade Federal de Pernambuco  
Prof. Me. Rafael Henrique Silva – Hospital Universitário da Universidade Federal da Grande Dourados  
Profª Ma. Renata Luciane Polsaque Young Blood – UniSecal  
Prof. Me. Sebastião André Barbosa Junior – Universidade Federal Rural de Pernambuco  
Profª Ma. Silene Ribeiro Miranda Barbosa – Consultoria Brasileira de Ensino, Pesquisa e Extensão  
Profª Ma. Solange Aparecida de Souza Monteiro – Instituto Federal de São Paulo  
Prof. Me. Tallys Newton Fernandes de Matos – Faculdade Regional Jaguaribana  
Profª Ma. Thatianny Jasmine Castro Martins de Carvalho – Universidade Federal do Piauí  
Prof. Me. Tiago Silvio Dedoné – Colégio ECEL Positivo  
Prof. Dr. Welleson Feitosa Gazel – Universidade Paulista

## Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia

**Editora Chefe:** Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira  
**Bibliotecário:** Maurício Amormino Júnior  
**Diagramação:** Karine de Lima Wisniewski  
**Edição de Arte:** Luiza Batista  
**Revisão:** Os Autores  
**Organizador:** Eduardo do Nascimento

### Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

R314 Rede Contestado de educação, ciência e tecnologia [recurso eletrônico] / Organizador Eduardo do Nascimento. – Ponta Grossa, PR: Atena, 2020.

Formato: PDF  
Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader  
Modo de acesso: World Wide Web  
Inclui bibliografia  
ISBN 978-65-5706-244-9  
DOI 10.22533/at.ed.449200308

1. Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado.  
2. Educação. 3. Ciência. 4. Tecnologia. I. Nascimento, Eduardo do.  
CDD 370.981

**Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422**

**Atena Editora**

Ponta Grossa – Paraná – Brasil

Telefone: +55 (42) 3323-5493

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br)

contato@atenaeditora.com.br

## APRESENTAÇÃO

### CONTESTADO TEMPO PASSADO, PRESENTE E FUTURO

Com os avanços da informatização e das redes de recursos externos, os territórios estão cada vez mais conectados. Com uma necessidade cada vez mais evidente de trabalho em rede e em conjunto, os pesquisadores e demais profissionais direcionam seus estudos e trabalhos para uma perspectiva cada vez mais unida e com fortes contribuições ao meio onde estão inseridos.

Nem sempre houve interesse em conectar as vivências do interior, a comunicação e seus processos tradicionais que se revelam essenciais à vida humana. De uns tempos para cá o interior ganhou voz e hoje se tecem diálogos, que nos parecem cada vez mais necessários, por intensificarem o acesso a práticas capazes de alterar as reduções das desigualdades em espaços antes nunca visitados sejam pelas iniciativas privadas ou públicas. No arcabouço geral da teoria da tríplice-hélice, um movimento que engrena governo, universidade e empresa, há um desenho essencial para compreensão desta formação de capital, especialmente social, no bojo de uma estrutura necessitada de acesso, considerando a sociedade como base do modelo.

Mais que o capital meramente gerado em torno de uma exploração de mão de obra, é preciso colocar no cerne da questão a sociedade. Esta, sendo uma das beneficiárias das práticas de interiorização. Há de se dizer, e parece não ser exagerada essa visão, que a interiorização da rede federal de educação, ciência e tecnologia, para educação profissional e tecnológica, corrobora com essa interpretação.

Iniciada nos idos dos anos 2007, a interiorização torna-se uma pauta desenvolvimentista pelo governo Lula, sendo dali em diante um estopim de processos expansionistas e de interiorização seja pelo ensino superior com o REUNI (programa de reestruturação universitária, ou pelos programas de expansão da rede federal). Antes o acesso às universidades e institutos federais, antes conhecidos como CEFETs, se dava apenas em grandes centros e especialmente os inseridos nas regiões litorâneas, temos que nesse instante, novos rumos são levados a instalar campus em regiões com potencial de desenvolvimento e com alto índice de desigualdades.

Diante dessa celeuma, nota-se que a região do contestado se enquadra nesse quesito, especialmente quando observados alguns números pertinentes. Estes números expressados pelos indicadores adotados pelo governo do estado em seu programa de redução de desigualdades em 2016, ajuda a entender essa preocupação com o desenvolvimento local da região contestada.

Nesta seara, ainda mais intensa e preocupante, são os indicadores de violência, baixa escolaridade e acessibilidade em Caçador e demais municípios pertencentes a região central do contestado. Nisto vê-se que o processo de exclusão e silenciamento iniciado ainda quando da guerra, não se encerrou. O capital regional se concentra em poucas mãos, os salários são baixos e a exploração da mão de obra continua a todo o vapor. Tudo

isso ainda com cara de meritocracia, quando os serviços básicos de assistência e saúde sequer são prestados em essência para a comunidade local.

Diante desta pobreza, inclusive cultural, remontam às necessidades de entender as desigualdades no contexto do Contestado. Essa lacuna mais que exacerbada diante destes documentos e estudos, revelam ainda que a falta de acesso não só na educação, reflete também na cultura e seus processos formativos de sociedade. Historicamente, os cinemas da cidade viraram lojas de departamento. Não há um teatro local adequado e público formado para consumir estes produtos. Os espaços para artistas e demais entusiastas são quase nulos. Um processo de resistência com o tempo e com a cidade se desenha quando deste acesso: inexistente, porém não nulo, pois as paredes e muros da cidade reverberam este pensar.

Essa observação corrobora com o contexto das propostas que se ensaiam e se concretizam desde 2018 o Contestado. Com a instalação de campi tanto do IFSC quanto do IFC, além de um da UFSC em Curitiba, revelam da importância do contestado para práticas de educação, e seus efeitos de extensão e pesquisa. No entanto, essas instituições até então não conversavam, nem se conheciam de forma efetiva. Assim, atividades em rede praticamente eram inexistentes.

Com os cortes que atingem a educação de forma sistemática este processo de fala e comunicação, também se encontrava defasada e até mesmo desanimada em razão das dificuldades orçamentárias em torno da questão. Em 2018, um grupo de entusiastas capitaneados pelos servidores Letissia Crestani, museóloga do museu do contestado, do professor Júlio Corrente, da área de história e então coordenador do museu e da Cristiane Dobner, assessora da secretaria de desenvolvimento econômico de Caçador, tomaram por decisão propor às agências de fomento um plano de eventos.

Esses servidores públicos, somados a este autor, submeteram ao CNPq um pedido de recursos públicos para eventos de popularização da ciência no edital da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia – SNCT, em 2018. Naquela oportunidade o texto desenvolvido, trabalhou a perspectiva da redução das desigualdades com uma grande contextualização de um temário emergente regional. Diante daquela oportunidade se desenhou os eventos de 2018, 2019 e 2020, consolidando uma rede de parceiros que agora conversa e dialoga em prol do desenvolvimento científico e tecnológico regional, sendo mais uma frente de discussões e debates que as instituições de ensino puxam na região.

Já em 2019, o grupo toma corpo com pesquisadores de renome e de caminhada científica para contribuir com essa popularização da ciência no contestado. Eduardo do Nascimento, doutor em engenharia de materiais, assume o comando conectando ao saber da academia, já excelentemente construído por Letissia Crestani, e as necessidades populares com as ideias de uma rede de desenvolvimento sustentável, e com construções de espaços multifacetados que integram o saber acadêmico e as emergências sociais enxergadas no contestado.

Em 2020, a ideia de um congresso do contestado, um segundo congresso aliás, se alinha às realidades dos IFs do interior. Sem tantos eventos e reuniões de popularização

do saber, constrói-se uma segunda edição do evento. O primeiro realizado em junho de 2019, concentrou um viés histórico e geográfico onde se concentram muitos estudos do contestado, mas abriu para discutir o hoje, o que fazemos aqui o que construímos no território. Um congresso com ar de produção local, e com o ouvir e o dizer dos caboclos e entusiastas ainda remanescentes de um contestado ávido por oportunidades.

Quando construída a agenda da proposta em 2018, a ideia nasceu de um sentimento de abandono da administração municipal que até então manifestava e organizava as iniciativas em relação a semana do contestado em Caçador. Nesta oportunidade, houve um desinteresse pelas autoridades públicas para realizarem os eventos. Nisso a comunidade, manifestada por líderes de movimentos e encampando a bandeira cabocla, solicitou os recursos ao CNPq para transformar em ciência o saber e o conhecimento popular, vez que os estudos e pesquisas em torno do contestado são imensos.

Neste ambiente, a semana do contestado toma um formato popular, encabeçado pela Prefeitura de Caçador, Museu do Contestado e o Instituto Federal de Santa Catarina, campus Caçador. A municipalidade manifestada pela Câmara Municipal de Caçador, da qual tinha um papel de também auxiliar a chamar a Semana do Contestado, edita alteração legislativa da qual sai das responsáveis pela organização do evento.

Dessa forma o evento passa a ser um compromisso apenas da Secretaria Municipal de Cultura, Esportes e Turismo, da qual disponibilizou a estrutura de servidores e espaços para a realização dos eventos em rede. Eram os primeiros sinais de uma construção coletiva popular para as atividades, mas também pela própria propositura de uma agenda de continuidade em torno de uma proposta de que os eventos em torno do contestado não deveriam por concentrar apenas na semana do contestado, um sentimento anterior também exarado em outras oportunidades, mas por todo o tempo como identidade local.

Com isso nasce a propositura da ação em que se congrega a temática: Semana do Contestado: Um Olhar Científico na História de um Povo. O município de Caçador, bem como os municípios de Irani, Lebon Régis, Calmon, Matos Costa, Curitiba, Campos Novos, Rio das Antas, Videira, Fraiburgo, Santa Cecília e Timbó Grande, são localizados no meio oeste catarinense e fazem parte da região do Contestado, região que historicamente foi palco de um conflito que quase dizimou a população e concentrou a riqueza na mão de poucos, por isso é uma das cidades mais pobres do estado. Donald Schuler, na obra Império Caboclo, destaca a importância do Contestado, em seu texto vê-se, mesmo que literário, revela a amplitude do conflito, como sendo mais importante do que a semana de arte moderna, dez anos mais tarde.

Aliado a esses fatores históricos, os investimentos públicos também privilegiavam as regiões litorâneas e demoraram muito na sua interiorização, deixando a região com décadas de atraso. A ciência, a chegada de tecnologias, arte e cultura, por exemplo, foram as mais sacrificadas nesse processo. Nesta celeuma, percebe-se que grande parte da população de Caçador é de famílias carentes que tem como principal fonte de renda o trabalho assalariado nas indústrias da cidade. Isso ainda não mudou, porém alguns aspectos culturais, especialmente pelas autoridades públicas se revelam.

Ainda em 2018, destacamos enquanto equipe proponente, que a grande maioria da população não só de Caçador, mas de todo o corredor do Contestado, não possui acesso à cultura, noções de ciência e tecnologia. A maioria nunca sequer assistiu uma peça teatral, ou visitou algum museu, ou ainda têm noção das tecnologias regionais, da ciência popular, de que é possível fomentar hortas comunitárias nas escolas, ou tantas outras possibilidades científicas simples para melhorar o dia-a-dia do cidadão, especialmente os mais carentes. Desta maneira, dar visão a estrutura social e com isso realizar a “Semana do Contestado: um olhar científico para a história de um povo”, é uma forma de democratizar o acesso à arte, a cultura, a ciência, a tecnologia levando entretenimento, informação e conhecimento para a comunidade.

Por isso, projetos permanentes que visem empoderar as pessoas da região mais pobre de Santa Catarina fazem-se necessários para que a comunidade possa se desenvolver nessas áreas. É evidente investir no protagonismo da comunidade em fomentar novos movimentos culturais, de pesquisa científica, de conhecimentos agroecológicos, de ciência para atividades populares, de noções de agronomia, de ervas medicinais, de modo democrático e aberta. Essas ações visam conceder a comunidade um poder em que se reconheçam como detentoras de saber, livrando-os de intempéries que as condições de risco, porventura, possam ocasionar, isto pela democratização do acesso à ciência e tecnologia, além é claro, da educação, cultura e arte.

Dessa forma, a proposta visou e contemplou a região do contestado com um evento de abrangência regional e até nacional pela amplitude que foi o conflito, pela memória do povo, pela propositura de uma agenda de reconhecimento e empoderamento regional de modo a oportunizar mais acesso e oportunidades aos jovens, estudantes e toda a comunidade regional, pela ciência e tecnologia.

Assim, na semana proposta, houve atividades como, fomento de banners sobre a história do contestado no museu da cidade, de modo a construir a primeira semana acadêmica do contestado em forma de seminário, que depois cresceu e virou um grandioso congresso, em que os acadêmicos compartilharam e debateram seus estudos sobre o tema, junto da comunidade. A arte possui um papel íntimo na proposta deste texto, vez que dialoga intimamente com a cultura e cientificidade do conhecimento popular como espaço na universidade, mas no caso em tela, do instituto federal e também dos espaços públicos de guarda da identidade e história local.

Desta monta, fomentar a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pôde resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes tiveram, houve um despertar e um aprimorar dos seus conhecimentos na área, a ampliar as suas atuais possibilidades. Mais que uma semana de conhecimento científico, foi um convite a revisitar a própria identidade do povo caboclo.

É importante ressaltar que a atividade buscou articular os conhecimentos e a

indissociabilidade do ensino, da pesquisa e da extensão nas áreas que foram demandadas pela comunidade do local e pelas possibilidades das instituições parceiras de atender a esses pedidos. As atividades tiveram forte caráter de extensão porque o evento foi realizado nas comunidades das regiões e cidades parceiras incluindo atividades em bairros chave, como o bairro Martello, o mais populoso do município de Caçador, cerca de 13 mil habitantes, segundo o Censo 2010, onde hoje se encontra em maioria o caboclo moderno.

Desta maneira, como a realização do evento, tivemos bastante êxito em estimular a divulgação científica das ciências humanas, sociais e sociais aplicadas, visto que a história e o direito, por exemplo, foram bastante exacerbados durante este evento, através de publicações e afins. Vale salientar que o conhecimento de um contestado atual perpassa para o conhecimento aqui gerado, vez que as instituições locais geram ciência e aprendizado e mesmo com uma globalização e mais conectividade entre as pessoas, ainda é dificultosa essa partilha com estudantes e pesquisadores no interior.

Desta monta, o evento fomentado em que de fato houve a produção de arte e cultura locais, de modo a contribuir no caráter científico regional, como o artesanato, as pessoas acabam encontrando mais que um “bico”, elas encontram uma prática que age na elevação da autoestima e da renda familiar. Nessas ações, insta mencionar o laboratório de costura do IFSC, fora do câmpus, com a ideia maior de popularizar o acesso a formação e a ciência em comunidades carentes de Caçador.

Com estas ações, além da perspectiva de atividades autônomas, o indivíduo pode resgatar objetivos de vida profissional e pessoal, porque a partir da experiência que os participantes terão, poderão desejar aprimorar os seus conhecimentos na área ampliar as suas atuais possibilidades. Programas como mulheres sim, e formações de extensão enquanto receptivo às demandas dos gargalos sociais existentes, são muito essenciais para a redução de desigualdades no corredor.

Desta maneira, com o benefício financeiro do projeto, foi possível estimular a geração de conteúdos e o compartilhamento de experiências de divulgação e popularização da ciência, como ferramentas de ensino formal e não formal (material impresso, brinquedos educativos, experimentos, jogos, vídeos, softwares, aplicativos), especialmente no primeiro congresso nacional do contestado, realizado em junho de 2019.

Ainda no âmbito das instituições de ensino e de outros organismos científico-culturais, tal como as hortas comunitárias em escolas modelos da região, a limpeza de uma determinada região carente da cidade pela comunidade, conhecido regionalmente como “puxirão”, celebrando a importância e celebração regional dos aspectos científicos e populares, viabilizando uma horta e jardim sensorial com base no conhecimento caboclo local visando uma popularização e interiorização da ciência, também foram realizados.

Em 2019 não é exagero dizer que houve um dos maiores eventos de popularização da ciência no corredor do Contestado: o Primeiro Congresso do Contestado. Este evento construído entre as paredes do IFSC e do IFC, transbordou e foi para as comunidades como acesso e popularização da ciência. Construído durante um ano, o congresso sai

do comum cientificamente dizendo, e vai para uma realidade de Instituto Federal, com apresentação do método e das práticas de pesquisa para alunos de ensino médio, estes como protagonistas do fazer ciência.

O papel do IFC através de seu Núcleo de Estudos do Contestado, é exemplar. A agenda proposta pelo grupo se pauta e muito nas necessidades locais. Quando falo das dificuldades de dialogar entre as instituições o IFC nos ensina que pela extensão é um caminho exemplar a seguir. O IFC ajudou a desenhar não só o congresso do contestado, mas a IV Semana do Contestado de Caçador, transformando a ação em um evento de caráter regional e estadual, como objetivava os recursos da chamada. A UNOESC também possui um papel nesta popularização evidenciado pelo trabalho e companheirismos de membros da equipe que abraçaram a causa, junto da UFSC e tantas outras instituições parceiras dos eventos.

Mais uma semana do contestado se constrói com as pessoas, vez que como dito anteriormente, esse foi um importante passo para a reunião de pessoas em torno da comunidade. Em 2019, a temática foi de meio ambiente, e sua preservação, em que muitos ensinamentos e afins se pautaram a ponto de revisitar conhecimentos populares e demais estruturas necessárias da comunidade. Para 2020, havia ações em rede e sistêmicas, como ciclo de oficinas e atividades extramuros, porém devido a cenário da pandemia, todas essas ações restaram prejudicadas em continuidade. Muito mais que uma relação meramente acadêmica, essas oficinas certamente mexeriam com o imaginário e o conhecimento popular, conectando a ciência com as ações e práticas para redução das desigualdades.

Para onde rumamos na continuidade, para este pensar de redução de desigualdades no contestado? Certamente o interesse deve ser muito além do que uma mera agenda, e sim um convite a comunidade a expressar anseios e vontades. O IF, é uma escola, como qualquer outra, com a estrutura adequada para cursos e formação profissional e tecnológica. No entanto, é no âmago de suas propostas legais que residem esse encontro: o de fomentar ações e cursos capazes de desenharem uma estrutura que esteja em acordo com os anseios locais.

Tem sido uma missão dificultosa a de construir uma agenda nesse sentido no Contestado, mas não pensamos em desistir nesse momento. Buscar agregar aqueles que se identificam com a causa, e com as temáticas que reduzem desigualdades, é um importante passo a ser consolidado nas agendas de relações e contatos seja da administração e afins.

Como disse um autor, o contestado continua lá e aqui. Portanto é preciso olhar para essas incongruências históricas e construir a partir daí uma relação íntima com o desenvolvimento. Esse desenvolvimento está longe da visão gourmet de inovação ou desse desenvolvimento pelo capital. A partir daí se discute uma inovação social que remonta a necessidade de reconhecer saberes e competências e que dessa forma trata de gerar identidade àqueles desprovidos de capital e esperança.

Essa é a função dos IFs na redução das desigualdades, uma delas aliás. Dito isso devem se somar a essa luta todos aqueles que veem alguma coisa disforme na sua

comunidade e em si mesmo. Com isso fica o convite a reflexão de construir uma região, uma cidade, um bairro, uma comunidade em que estamos inseridos, e o papel transformador individual somado os grupos, revela uma máxima: juntos podemos.

O Contestado vive e nós, que vivemos nele, dele, sigamos juntos pela redução das desigualdades.

Este livro é uma coletânea de artigos científicos e relatos de projetos produzidos recentemente pelos pesquisadores das instituições públicas que formam a Rede de Educação, Ciência e Tecnologia do Contestado e colaboradores. Esta rede visa a ampla divulgação e popularização da ciência. Os textos deste livro entremeiam um debate interdisciplinar, de forma a reconfigurar narrativas sobre o espaço cultural, sócio-ambiental e histórico-geográfico do Contestado. A emergência destes estudos e ações, que trazem diversas linhas de abordagens dos processos que se configuraram neste território, são fundamentais para romper com a invisibilidade e o abandono da cultura cabocla. Os 21 capítulos proposto mostram o desenvolvimento regional das ciências aplicadas, da educação e das políticas públicas, sobretudo, enfatizam os aspectos culturais e conflitos que permeiam o Contestado. Por fim, este livro pretende atender a demanda por leituras sobre o contexto atual de pesquisa e extensão na região do Contestado. Agradeço imensamente pela sensibilidade da artista Maní e pela aquarela “Maria Rosa do Contestado” que ilustra a capa deste livro.

William Douglas Gomes Peres (IFSC/Caçador)

## PREFÁCIO

**Márcia Janete Espig**  
(UFPel/Pelotas)

**Márcia Elisabete Schüler**  
(IFC/Videira)

### O CONTESTADO VIVE! A FORMAÇÃO DE UMA NOVA IRMANDADE CABOCLA

O movimento do Contestado, guerra civil que incendiou um vasto território localizado entre os estados de Santa Catarina e Paraná, foi um acontecimento histórico sangrento, marcante, traumático. Traumático, sobretudo, para a população pobre que nele lutou, muitas vezes descrita como população cabocla. Quando falamos sobre os caboclos do Contestado, não nos referimos à cor de pele, a uma etnia ou a grupos humanos miscigenados, mas queremos significar o termo “caboclo” para a descrição de indivíduos que possuem um tronco cultural em comum. Mais do que um tipo físico, um tipo cultural. E no caso da região Contestada, pensamos o caboclo imerso em uma cultura de profunda devoção religiosa; de crença em São João Maria; de respeito pela natureza; de acolhimento; de fortes laços comunitários. Parte dos migrantes vindos de outras regiões do país, ou mesmo imigrantes, “acaboclarão-se”, ou seja, vivenciaram e tomaram para si esse modo de ser e de viver. Uma vida simples, mas bela em muitos de seus preceitos. Através desse modo de pensar, durante a Guerra uniram-se em fraternidade e comunidade, em torno da Santa Religião, onde todos eram “irmãos e irmãs” e onde “quem tem mói, e quem não tem mói também”. Naquele momento de conflito, essa forma de pensar o mundo não foi bem aceita por uma cultura elitista e urbana, tendo sido descrita de maneira preconceituosa através de jornais e outras narrativas.

Os primeiros julgamentos vieram logo após sua primeira reunião em Taquaruçu, junto ao Monge José Maria. O jornal Folha do Comércio, de Florianópolis, em setembro de 1912, considerava que a junção dos sertanejos seria produto de sua extrema “ignorância”, causada pela “falta de escolas” e “abandono”. Essa forma de pensar aparece em muitos periódicos, sendo os caboclos continuamente avaliados. Nesse primeiro momento, a principal acusação é a de ignorância ou, como diziam alguns, “falta de cultura”, ou inclusive “espíritos atrasados”.

Os epítetos preconceituosos permaneceram e se ampliaram à medida que a Guerra evoluiu. Aquele primeiro momento, de reunião e comunhão fraterna, evoluiu para uma postura de autodefesa, primeiramente na Batalha do Irani, e posteriormente nas Cidades Santas, que passaram a se organizar no final de 1913. Os ataques por parte das forças oficiais, constituídas pelas Forças Públicas do Paraná e de Santa Catarina, pelo Exército Nacional e por vaqueanos ligados aos coronéis da região, dizimaram mulheres, crianças e idosos, gerando a revolta dos caboclos, personagens historicamente espoliados pelo

sistema capitalista que se impunha.

A partir desses acontecimentos, e da reação às inúmeras violências sofridas, o sertanejo passou a ser avaliado mais duramente e os adjetivos passaram a ser mais cruéis. O mesmo jornal anteriormente citado, em dezembro de 1914 vai chamar os rebeldes de “bandidos” e “salteadores vulgares”. Aliás, “bandidos” e “jagunços” são dois dos termos mais comuns para descrevê-los, e repetem-se em inúmeras fontes históricas que falam sobre o Movimento. Além dos jornais, podemos citar livros escritos por militares que participaram da repressão e que usam termos semelhantes.

Para se ter uma ideia, o primeiro tenente Herculano Teixeira d’Assumpção, que chegou à região em 1915, afirmou que os moradores locais eram pouco trabalhadores, além de bárbaros, selvagens, bandidos, chegando a chamá-los de “monstros”. Em livro publicado em 1917, afirmou que ali vivia “[...] uma população numerosa, sem o mínimo resquício de sentimento humano...” O mesmo tom foi empregado em documentos produzidos no calor da hora, tais como Autos de Perguntas e Inquéritos realizados com rebeldes capturados ou que se apresentaram às forças legais. Nessa documentação, foram chamados de “tipos torpes, bandidos e gatunos”, bem como “vagabundos da pior espécie”. Termos semelhantes são encontrados em outros materiais, tais como relatórios ou partes de combates. Facínoras, jagunços, bandidos, alucinados, hediondos... Termos fortes e injustos, ao descrever uma população que estava a defender seu chão, sua família e sua cultura.

Por muito tempo, essa terminologia persistiu em boa parte dos livros produzidos sobre o Contestado. Até os dias de hoje, eventualmente encontramos obras que tratam os rebeldes por “jagunços” ou, o que é mais comum, por “fanáticos”. Dentro da maior parte das obras acadêmicas, contudo, esses termos não somente foram abandonados, mas também criticados. Hoje, não faz sentido tratar os caboclos ou sertanejos do Contestado por palavras elitistas ou arrogantes. Combater esse tipo de preconceito tem sido uma batalha travada por historiadores, sociólogos, antropólogos, geógrafos, folcloristas, agentes culturais, dentre outros estudiosos contemporâneos. A percepção atual acerca da legitimidade da luta sertaneja e sobre a riqueza cultural daquelas populações traz contornos positivos à memória e à identidade dos homens e mulheres, moradores atuais do ex território Contestado.

Com todas as arbitrariedades sofridas, não apenas no campo de batalha, mas também no campo simbólico, não causa estranheza que por muitas décadas o Contestado tenha sido um assunto tabu no próprio local que em que ocorreu. Logo após a destruição do reduto de Santa Maria, que geralmente assinala o final do movimento, houve na região aquilo que o pesquisador Maurício Vinhas de Queiroz chamou de “fase do açougue”. A expressão é autoexplicativa, e designa um momento em que a maior parte das forças militares se retirou, deixando a cargo de alguns piquetes o trabalho de “limpeza”, quando parte dos rebeldes restantes foram caçados e assassinados impiedosamente. Era necessário, então, para própria sobrevivência física, não falar sobre a Guerra, esconder-se, negar proximidades. Soma-se a isso toda a carga representada pelo uso de termos e expressões que analisamos mais acima: fanáticos, bandidos, jagunços... Esse

processo, em conjunto, causou um retraimento das memórias, das narrativas sobre as vivências, da fala sobre o trauma causado pela Guerra. Tudo isso deveria, forçosamente, ser reprimido no campo do pensamento. E assim viu-se o silenciamento do caboclo, a violência simbólica, o represamento das experiências vividas, a impossibilidade de falar sobre o passado. Mas essas memórias estavam lá, e calavam fundo. Em grupos íntimos, familiares, esse lembrar era possível, senão necessário. Em público, porém, jamais se assumir “jagunço”, não relembrar as cidades santas, nem a experiência de vida igualitária e comunitária.

Por décadas persistiu esse silenciamento na região. Aos poucos, porém, diferentes tipos de ações foram alterando esse quadro. Pesquisadores e estudiosos, interessados em historiar o período da Guerra, começaram a percorrer tais espaços. Além dos documentos escritos, buscavam os testemunhos orais, as falas, memórias e lembranças dos remanescentes do movimento, ou de seus descendentes. A esse interesse o caboclo respondeu ressabiado, por vezes preocupado. Afinal, não poderia ser esse pesquisador um sucedâneo daqueles que o alcunhavam bandido? Não seria também um representante daquela cultura elitista, preconceituosa, responsável por uma violência física e simbólica de tamanho difícil de ser mensurado?

Certamente esse não foi um processo fácil para os caboclos. Aos poucos, contudo, o interesse vindo de fora da região foi sendo percebido como legítimo, trazendo um lembrar sobre o passado. Em certo sentido, os pesquisadores reafirmavam aos remanescentes do conflito a importância de seu protagonismo durante a Guerra. Reafirmavam seus marcos identitários, desejavam saber sobre as Cidades Santas, se interessavam pelos personagens que lá viveram, valorizavam sua fé no Monge e na natureza. Esse movimento teve início pelas décadas de 1950 e 1960, e continua ativa até os dias de hoje. Se já não temos remanescentes vivos de uma guerra mais que centenária, temos seus descendentes, suas memórias familiares, indiretas mas não menos importantes. E a fé no Santo Monge, essa persiste, e se materializa em cruzeiros, capelas, águas santas, ermidas, cavernas, grutas... Continua a fascinar pesquisadores de variadas áreas de conhecimento, além de artistas, cineastas, dramaturgos, entre muitos outros.

Nesse processo de posituação da memória, o poder público também teve sua importância. Em nível estadual, nas décadas de 1980/1990 o governo catarinense passou a celebrar a riqueza da história contestada. Destacando o protagonismo dos caboclos, símbolo da “luta dos pequenos” frente a injustiças sociais e políticas, o estado estimulou estudos, publicações, vídeos, além da implantação de marcos e placas em locais significativos, tais como espaços onde ocorreram batalhas ou existiram Cidades Santas. Essas ações refletiram uma guinada do discurso oficial. Os homens e mulheres do Contestado passavam de bandidos a heróis, defensores do solo Contestado frente a forças espoliativas. Outra iniciativa importante foi a construção do Parque Temático do Contestado, em Irani, no local em que ocorreu a famosa Batalha. Embora o projeto inicial não tenha sido realizado em sua totalidade, serviu para promover a preservação daquele sítio, criando um local de memória educativo para as novas gerações. Em 2001, a bandeira

do Contestado foi reconhecida oficialmente pelo governo estadual como símbolo regional do Estado de Santa Catarina, podendo ser hasteada em eventos oficiais. No ano seguinte, outra lei instituiu a Semana do Contestado, a ser lembrada anualmente, entre os dias 20 e 27 de outubro.

Outros grupos sociais, mais ou menos na mesma época, também dedicavam atenção ao conflito e o transformavam em referência. Em 1986 a região de Taquaruçu recebeu a Primeira Romaria da Terra em Santa Catarina, ligada a diferentes grupos sociais, tais como as Comunidades Eclesiais de Base e as pastorais operárias. Diferentes símbolos e referências relacionadas ao Contestado passaram a ser apropriadas por diversos movimentos sociais contemporâneos, como o Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra.

Toda essa agitação, de reconstrução identitária, de positivação de memórias e de reposicionamento histórico dos personagens do Contestado não estaria completo se não houvesse um forte movimento interno, nas comunidades, entre as populações descendentes dos caboclos. Não temos aí um processo único ou combinado, mas diferentes processos ocorrendo em várias cidades que compõem hoje a região outrora contestada. E nesse ponto devemos lembrar a ação de homens e mulheres que, cada qual em sua comunidade, fizeram e ainda fazem a diferença ao promover a rememoração acerca do conflito por diferentes vias. São muitas experiências, várias delas ainda em movimento, em locais como Caçador, Lebon Régis, Fraiburgo, Calmon, Matos Costa...

Sendo impossível citar aqui todas esses experimentos e todos os agentes culturais envolvidos, pensamos homenagear a todos e todas na pessoa de um de seus precursores, o falecido folclorista Vicente Telles, um ativista que fez da sanfona sua arma e recompôs a história e a memória sobre o Contestado na região de Irani. Participou da idealização do Parque Temático do Irani, incentivou o ensino escolar e a rememoração através de dramatizações, declamações e música. Encheu os olhos e os corações em sua comunidade. Vemos hoje movimentos variados, cada qual com sua especificidade, mas que buscam, em cada local, objetivos semelhantes: o resgate da identidade cabocla, a positivação dessa identidade, e o repensar sobre as dolorosas memórias acerca da Guerra do Contestado.

Em meio a esse percurso, surge um importante evento, que dialogou não apenas com a produção acadêmica sobre o Contestado, mas também com as iniciativas de resgate cultural acima mencionadas. O Primeiro Congresso Nacional do Contestado, ocorrido em junho de 2019, teve lugar em Caçador e acolheu a comunidade local de maneira inédita.

Este evento foi possível graças ao trabalho comum e em rede, a partir do convite feito pelo Instituto Federal de Santa Catarina (IFSC) para que o Instituto Federal Catarinense (IFC) participasse através de seu projeto de extensão Núcleo de Estudos do Contestado (NEC) da criação, construção e execução da Semana Nacional de Ciência e Tecnologia onde teria lugar um evento acadêmico abordando a ciência para redução de desigualdades e tendo o Contestado como foco de debate.

Os Institutos Federais no Brasil surgem distribuídos em eixos congruentes às demandas regionais onde são implantados e são apoiados no tripé baseado em ensino,

extensão e pesquisa. Entre os anos de 2007 a 2012, várias unidades do IFSC e do IFC foram implantadas no Contestado Catarinense, em locais como Canoinhas, Videira, Caçador, Fraiburgo, Luzerna, dentre outros. O projeto de extensão NEC tem ações voltadas ao estudo da Guerra do Contestado, com atividades consolidadas desde 2013.

Quando o NEC aceitou arregaçar as mangas e compor a organização, começava a se formar novamente a irmandade no mundo caboclo, nele e a partir dele. Outras instituições, como a comunitária Universidade do Oeste de Santa Catarina (UNOESC) foram chamadas e aceitaram o convite desafiador de trazer pela primeira vez um evento acadêmico deste porte para terras contestadas. Também o NEC ganhou fôlego com a introdução de novos membros externos que ajudaram e ajudam a solidificar aquilo que se lançou como proposta entre as instituições.

Muito se fala do Contestado fora de seu território e a conquista foi trazer pesquisadores importantes, estudantes de todos os níveis para apresentar trabalhos, debater e ouvir e ainda incorporar ao evento acadêmico as comunidades, líderes locais e pessoas envolvidas no resgate da cultura cabocla, na memória do Contestado.

Todos os que já tiveram a rica experiência de estar em meio ao povo caboclo do Contestado sabem sobre o espírito de irmandade e partilha que norteia a vida dessas pessoas. O fazer comunitário é traço fundante da cultura cabocla desde o modo de vida herdado das nações indígenas nativas, aos redutos de resistência durante a Guerra até a formulação e concretização deste Primeiro Congresso Nacional do Contestado, cujo resultado acadêmico podemos atestar nesta publicação, recheada de contribuições as mais diversas.

Foram 23 pesquisadores que produziram resultados, provocações, relatos de ações sobre o tema em mesas temáticas, 79 trabalhos acadêmicos inscritos para avaliação e público de 1200 pessoas circulando pelo congresso. Colaboraram com o mesmo vinte instituições nacionais, além de pesquisador internacional vinculado à ONU.

A presente obra é um dos muitos frutos decorrentes desse memorável encontro. Dos artigos aqui publicados, 15 foram apresentados no congresso, e os demais 6 trabalhos surgem a partir da rede de relações acadêmicas então constituídas ou reforçadas.

Sotaques e gentes de vários rincões se achegaram ao evento, interessadas em nossa história, o que demonstra que o Contestado é maior que nós mesmos... O Contestado vive.

## SUMÁRIO

<b>CAPÍTULO 1</b> .....	<b>1</b>
BANDA CABOCLOS REBELDES: A IDENTIDADE DO CONTESTADO EM CONCERTO	
Eduardo do Nascimento	
DOI 10.22533/at.ed.4492003081	
<b>CAPÍTULO 2</b> .....	<b>9</b>
MEMÓRIA DO COMBATE DE RIO DAS ANTAS: DESCOBRINDO VESTÍGIOS SOBRE A TRINCHEIRA DOS COLONOS	
Márcia Janete Espig	
Gerson Witte	
DOI 10.22533/at.ed.4492003082	
<b>CAPÍTULO 3</b> .....	<b>21</b>
A GUERRA DO CONTESTADO E A LEI DE TERRAS IMPERIAL: UM ESTUDO DE CASO DA FAZENDA FIGUEIREDO (LAGES, 1855-1917)	
Flávia Paula Darossi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003083	
<b>CAPÍTULO 4</b> .....	<b>34</b>
CONTENDAS ENTRE CATOLICISMO POPULAR E CATOLICISMO ORTODOXO NO CONTESTADO	
Cleber Duarte Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.4492003084	
<b>CAPÍTULO 5</b> .....	<b>49</b>
A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES NA CIDADE DE CAÇADOR	
Andrea Alves Cavalet	
Hillevi Maribel Haymussi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003085	
<b>CAPÍTULO 6</b> .....	<b>59</b>
DINÂMICA TERRITORIAL NO CONTESTADO: UMA APROXIMAÇÃO ENTRE PARANÁ E SANTA CATARINA	
Diane Daniela Gemelli	
Silas Rafael da Fonseca	
DOI 10.22533/at.ed.4492003086	
<b>CAPÍTULO 7</b> .....	<b>69</b>
DEZ ANOS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA EM CURITIBANOS	
Cristhiane Martins Lima Kreusch	
Renata Marafon	
DOI 10.22533/at.ed.4492003087	
<b>CAPÍTULO 8</b> .....	<b>81</b>
A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO	
Marcia Garbin	
Mariana Di Domenico	
Bianca De Bortoli	
Amanda Zago	
Juliana Aparecida Biasi	
DOI 10.22533/at.ed.4492003088	

<b>CAPÍTULO 9</b> .....	<b>91</b>
COTIDIANO E MOVIMENTO OPERÁRIO EM RIO NEGRINHO: CONSIDERAÇÕES SOBRE A FORMAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA NA REGIÃO DE FRONTEIRA COM O CONTESTADO - (1919-1982)	
<a href="#">Fernando Henrique de Almeida</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.4492003089</b>	
<b>CAPÍTULO 10</b> .....	<b>102</b>
MEMÓRIAS DO CONTESTADO EM SALA DE AULA: UMA EXPERIÊNCIA COM O 1º ANO DO ENSINO MÉDIO	
<a href="#">Gerson Luiz Buczenko</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030810</b>	
<b>CAPÍTULO 11</b> .....	<b>109</b>
EXTENSÃO COMO ANIMAÇÃO DE PROCESSOS SOCIAIS: A EXPERIÊNCIA COM O ARTESANATO NO MUNICÍPIO DE CURITIBANOS-SC	
<a href="#">Cleber José Bosetti</a>	
<a href="#">Zilma Isabel Peixer</a>	
<a href="#">Juliana Golin Krammes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030811</b>	
<b>CAPÍTULO 12</b> .....	<b>119</b>
PROPRIEDADES TOMADAS, PROPRIEDADES INCENDIADAS, VIDAS APAGADAS!	
<a href="#">Viviani Poyer</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030812</b>	
<b>CAPÍTULO 13</b> .....	<b>130</b>
A RESISTÊNCIA, O SINCRETISMO RELIGIOSO E O PAPEL DE SALVAGUARDA DA MEMÓRIA DO CONTESTADO NAS BENZEDEIRAS DA REGIÃO DO CONTESTADO NO SÉCULO XXI (2000-2018)	
<a href="#">Flávia Rhafaela Pereira</a>	
<a href="#">Silvio dos Santos</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030813</b>	
<b>CAPÍTULO 14</b> .....	<b>142</b>
SÍNTESE VERDE DE NANOPARTÍCULAS DE PRATA: UMA REVISÃO BIBLIOGRÁFICA	
<a href="#">William Gustavo Sganzerla</a>	
<a href="#">Ana Letícia Andrade Ferreira</a>	
<a href="#">Cleonice Gonçalves da Rosa</a>	
<a href="#">Ana Paula de Lima Veeck</a>	
<a href="#">Michael Ramos Nunes</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030814</b>	
<b>CAPÍTULO 15</b> .....	<b>156</b>
ENTRE REPETIÇÕES, CONSENSOS E CONTRASENSO: UMA POSSÍVEL TRAJETÓRIA DE JOSÉ MARIA ATRAVÉS DA HISTORIOGRAFIA SOBRE A GUERRA DO CONTESTADO (? – 1912)	
<a href="#">Gabriel Carvalho Kunrath</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030815</b>	
<b>CAPÍTULO 16</b> .....	<b>166</b>
NAS ENTRELINHAS DO PROCESSO JUDICIAL: O ASSALTO AO TREM PAGADOR	
<a href="#">João Felipe Alves de Morais</a>	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030816</b>	

<b>CAPÍTULO 17</b> .....	<b>176</b>
TABULEIRO DA ORTOGRAFIA: ESTRATÉGIA DE ENSINO-APRENDIZAGEM POR MEIO DE JOGO EDUCATIVO PARA O ENSINO DA LÍNGUA PORTUGUESA	
David Ferreira Severo	
Bianca Gonçalves Sousa de Moraes	
Diogo Moreno Pereira Carvalho	
Marta Ferreira da Silva Severo	
Patricia Frangelli Bugallo Lopes do Nascimento	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030817</b>	
<b>CAPÍTULO 18</b> .....	<b>189</b>
GUERRA, FOME E GENOCÍDIO: A SECA DA TAQUARA E O EXÉRCITO NO ENCALÇO DOS CABOCLOS DA REGIÃO DO CONTESTADO (1910-1923)	
Delmir José Valentini	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030818</b>	
<b>CAPÍTULO 19</b> .....	<b>213</b>
A CARTOGRAFIA NA FRONTEIRA SUL DO BRASIL: RIO BRANCO E OS LIMITES ENTRE BRASIL E ARGENTINA (1889-1895)	
Michel Felipe Moraes Mesalira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030819</b>	
<b>CAPÍTULO 20</b> .....	<b>225</b>
O LEGADO DE UM CONFLITO: A HERANÇA DO CONTESTADO PARA A REGIÃO MEIO OESTE CATARINENSE	
Tatiana Bruna Fabian	
Tulainy Parisotto	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030820</b>	
<b>CAPÍTULO 21</b> .....	<b>236</b>
O PATRIMÔNIO CULTURAL RELIGIOSO DE SÃO JOÃO MARIA EM SÃO MATEUS DO SUL/PR	
Alcimara Aparecida Föetsch	
Mário Sérgio Deina	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030821</b>	
<b>CAPÍTULO 22</b> .....	<b>252</b>
A REVOLTA DO CONTESTADO E O PASSADO QUE NÃO PASSA: NACIONALISMO, ABJEÇÃO E CONTEMPORANEIDADE	
Lucas Emmanoel Cardoso de Oliveira	
<b>DOI 10.22533/at.ed.44920030822</b>	
<b>SOBRE O ORGANIZADOR</b> .....	<b>262</b>

## A CONTRIBUIÇÃO DA IMPLANTAÇÃO DO PARQUE RIO DO PEIXE PARA A PRESERVAÇÃO DA HISTÓRIA E MEMÓRIA DA GUERRA DO CONTESTADO

**Marcia Garbin**

(UNOESC/Videira)

**Mariana Di Domenico**

(UNOESC/Videira)

**Bianca De Bortoli**

(UNOESC/Videira)

**Amanda Zago**

(UNOESC/Videira)

**Juliana Aparecida Biasi**

(UNOESC/Videira)

**RESUMO:** Desde os anos 2000, o trecho da Ferrovia do Contestado, que interliga Marcelino Ramos (RS) e Porto União (SC), permanece intacto, porém sem tráfego. Em 2014, ocorreu uma forte enchente, e como consequência, os trechos ficaram cada vez mais inacessíveis, o que levou ao seu abandono completo. Muitos outros trechos, assim como este, também estão impraticáveis até mesmo para se andar a pé, devido à vegetação local que foi crescendo e tomando conta dos trilhos com o passar do tempo. O projeto do Parque Rio do Peixe prevê a criação de um parque linear seguindo o traçado da ferrovia que margeia o Rio do Peixe. Esta proposta delimita uma faixa de 50 metros de largura e comprimento de 360 quilômetros iniciando no município de Calmon, próximo à divisa do estado de Santa Catarina com o Paraná ao outro extremo, em Alto Bela Vista, município situado na divisa de Santa Catarina com o estado do Rio Grande do Sul. Nos municípios por onde passará o parque encontram-se pontos

turísticos ligados à Guerra do Contestado, como estações ferroviárias em Matos Costa, Caçador, Videira, Tangará e Piratuba, o túnel e a Cruz do Vacariano em Pinheiro Preto, o Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado em Caçador e a maria-fumaça que trafega em Piratuba (SC) até Marcelino Ramos (RS). Este artigo tem por objetivo analisar como a implantação do Parque Rio do Peixe pode contribuir com a preservação da história e memória da Guerra do Contestado. O estudo apresenta abordagem qualitativa com objetivo exploratório, com a coleta de dados realizada em fontes variadas: levantamento teórico, com procedimentos que abordam a pesquisa bibliográfica, documental e estudo de caso. No decorrer do estudo percebe-se que a construção do Parque Rio do Peixe contribuirá com a perpetuação da cultura da região através do incentivo ao uso do espaço fortalecendo o vínculo dos moradores com a sua própria história.

**PALAVRAS-CHAVE:** Vale do Contestado; Patrimônio Cultural; Parque linear; Ferrovia; Turismo.

### 1 | INTRODUÇÃO

É recente a preocupação com os efeitos causados pelo processo de urbanização crescente à estrutura de nossas cidades, o qual ocasiona problemas sérios que afetam a qualidade de vida e lazer da população, pois a

grande maioria das cidades brasileiras não conta com espaços suficientes e específicos para atender a demanda crescente da população. Muitas vezes a solução não está na construção de novos equipamentos, mas na recuperação e revitalização de áreas, se necessário com adaptações para que o local exerça novas finalidades, tais como o lazer.

A instalação da ferrovia São Paulo-Rio Grande causou profundas transformações econômicas, sociais, ambientais e culturais na região meio oeste de Santa Catarina, resultando na produção de uma nova realidade representando a chegada da modernidade a um local ainda pouco transformado pelo capitalismo industrial. Ao mesmo tempo, essa construção contribuiu para o aumento da opressão sobre o povo carente que ali vivia sem posses legalizadas de terra e ainda sofria com a excessiva escassez de alimentos.

A Guerra do Contestado foi um conflito que aconteceu em uma área territorial de disputa de terras entre os estados do Paraná e Santa Catarina, envolvendo inúmeros camponeses que tiveram que enfrentar as forças militares por viverem em uma área expropriada para a construção da ferrovia. Esse território sofreu com muitas disputas no decorrer dos anos, tanto política quanto econômicas, pois haviam ali vastas áreas para extração de madeira, em sua maioria provenientes das araucárias que ocupavam espaços por todo o planalto.

Buscando compreender estas relações de ocupação do território e a busca por um novo uso que possibilitaria a manutenção da ferrovia e da história local, este trabalho partiu da realização de estudos referentes aos conceitos de parques lineares e suas principais características e aplicações. Tais conceitos são essenciais para a realização da pesquisa tendo em vista a importância da existência destes parques nos centros urbanos, cada vez mais massificados e pouco arborizados. Essa apropriação do espaço pela população busca promover o reconhecimento da importância de se preservar estes locais abertos e naturais nas cidades a fim de melhorar a qualidade de vida urbana. Como principal objetivo deste estudo, analisou-se como a implantação do Parque Rio do Peixe, recentemente proposto, pode contribuir com a preservação da história e memória da Guerra do Contestado.

A partir do exposto justifica-se a elaboração e desenvolvimento deste trabalho, o qual procurou enfatizar a relação entre a Guerra do Contestado e as profundas transformações na paisagem regional, com ênfase especial na implantação do projeto Parque Rio do Peixe. Este estudo busca debater de modo geral as possibilidades de integração entre as pessoas e os espaços, garantindo assim o uso e a devida conservação dessa área livre.

Para o desenvolvimento e confiabilidade da pesquisa fez-se necessário seguir métodos de investigação e análise. Conforme Lakatos e Marconi (2003, p. 85) “método é o conjunto das atividades sistemáticas e racionais que, com maior segurança e economia, permite alcançar o objetivo, traçando o caminho a ser seguido, detectando erros e auxiliando nas suas decisões”. Para Oliveira (2002, p. 58), “método é um conjunto de regras ou critérios que servem de referência no processo de busca da explicação ou da elaboração de previsões em relação a questões ou problemas específicos”.

A presente pesquisa apresenta abordagem qualitativa, que conforme Bogdan e Biklen (1982) envolve a obtenção de dados descritivos, obtidos com a situação estudada,

ênfatizando o processo ao produto e preocupando-se em retratar a perspectiva dos participantes. O trabalho possui objetivo explorat3rio pois envolve levantamento te3rico com procedimentos que abordam a pesquisa bibliogr3fica, documental e estudo de caso, al3m da identifica3o da exist3ncia de rela33es, buscando aprofundar o conhecimento a respeito do tema e possibilitar maior familiaridade com o problema levantado. “Dessa forma, este tipo de estudo visa proporcionar um maior conhecimento acerca do assunto, a fim de que esse possa formular problemas mais precisos ou criar hip3teses que possam ser pesquisadas por estudos posteriores” (GIL, 1999, p. 43).

## 2 | METODOLOGIA

A etapa de levantamento te3rico configura-se como o ponto de partida da avalia3o, pois incluiu a busca por materiais e informa3o necess3rias 3s atividades a serem desenvolvidas. Numa primeira fase procedeu-se a pesquisa te3rica sobre o tema. Vale ressaltar que o presente trabalho tem como foco fundamental a rela3o do projeto do Parque Rio do Peixe, desenvolvido pelo arquiteto Artur Brandalise, com a preserva3o da cultura e hist3ria da Guerra do Contestado.

### 2.1 Constru3o da ferrovia S3o Paulo-Rio Grande do Sul e a guerra do Contestado

As cidades do estado de Santa Catarina, mais especificamente a regi3o de abrang3ncia do Vale do Contestado foram inicialmente povoadas por ind3genas do grupo tupi-guarani, e posteriormente por imigrantes italianos, alem3es, poloneses e seus descendentes. Este fato foi devido 3s grandes navega33es que tinham o litoral catarinense como ponto de apoio para explora3o das terras da regi3o do Rio da Prata, que eram prop3cias para cultivo e extra3o de madeiras. Por muitos anos, esse territ3rio passou despercebido pelo governo e permaneceu sem regulariza33es e legisla33es, causando diversos conflitos entre os colonizadores e os ind3genas que j3 habitavam o local. Recentemente houve a recupera3o de antigas 3reas, mas outras ainda est3o sendo pleiteadas na justi3a. O contexto que envolveu a constru3o da Ferrovia S3o Paulo – Rio Grande e a Guerra do Contestado, tornaram a regi3o de grande valor hist3rico, al3m da significativa atua3o de empresas que contribuíram para o desenvolvimento da mesma.

No entanto, para que haja um melhor entendimento do que houve na 3poca da Guerra do Contestado, faz-se necess3rio uma pesquisa mais aprofundada sobre esse movimento hist3rico e os problemas de limites territoriais do estado catarinense. Segundo Moccelin (2014) os precedentes tiveram in3cio em 1853, quando o Paran3 se desmembrou da Prov3ncia de S3o Paulo, procurando, em seguida, firmar posse sobre as terras a oeste da prov3ncia vizinha de Santa Catarina. No ano de 1895, com o arbitramento do presidente dos Estados Unidos, Dr. Gouver Cleveland, e da defesa do Bar3o do Rio Branco, favoreceram o territ3rio brasileiro quando o mesmo se encontrava com problemas com as Prov3ncias Unidas do Rio da Prata (Argentina), que tamb3m come3ou a querer tomar posse dessa

região. Esse conflito foi denominado de Questão das Missões. Contudo, essa velha questão se repetiria futuramente, mas dessa vez, com problemas internos entre as províncias do Paraná e Santa Catarina.

De acordo com Piazza e Hubener (1989), a capitania de Santa Catarina foi criada em 1738, através da Provisão Régia, quando a Coroa Portuguesa passou os territórios da Ilha de Santa Catarina da jurisdição de São Paulo para o Rio de Janeiro, ficando dessa forma subordinada diretamente aos Vice-Reis do Brasil. O primeiro governante da terra catarinense, com sede em Desterro, foi o Brigadeiro José da Silva Paes, que teve como principal objetivo organizar sua defesa construindo fortalezas na Ilha de Santa Catarina, sobretudo nas baías Norte e Sul.

Conforme Scapin (1996), posteriormente, segundo a Constituição do Império, que dividiu o Brasil em Províncias com os limites que tivessem as Capitânicas Gerais, os limites de Santa Catarina foram estabelecidos pela Carta Régia de 20 de novembro em 1749, criando assim a Ouvidoria de Santa Catarina, tendo como extremos: para o Sul, os montes que deságuam na Lagoa Imery, pela barra austral do rio São Francisco até Cubatão ao norte, pelo Negro até grande Curitiba (o Rio Iguaçu). Ainda assim, esses extremos foram incompreendidos pela província do Paraná e São Paulo, o que gerou a grande questão dos limites entre os dois estados, do Paraná e Santa Catarina. A Província do Paraná e São Paulo pretendiam se fixar nos limites meridionais, na altura do Rio Uruguai, o que no mesmo instante, não foi aceito pelos representantes catarinenses. Esta região aludida, expandia seus limites de norte a sul nos rios Iguaçu e Uruguai com aproximadamente 48 mil quilômetros quadrados, passou a ser conhecida como “Território Contestado”.

A região que viria a se tornar o território das batalhas da Guerra do Contestado, tinha por sua maioria habitantes tradicionais dos matos e das florestas, ou eram meeiros, tarefeiros da indústria extrativista de erva-mate ou da madeireira, agregados, ou simplesmente homens sem-terra que ali viviam. Poucos possuíam títulos de proprietários legais de uma parcela de terra. Desde o império o objetivo das autoridades era ligar essas grandes parcelas de terra que compõem o território nacional por linhas férreas, mas as disputas para tal implantação transcenderam o império e continuaram até os primeiros anos da República (BITTENCOURT, 2012).

Conforme Espig (2012), somente no final do século XIX o governo brasileiro autorizou a construção da linha férrea que ligava São Paulo ao Rio Grande do Sul pelo interior do Paraná e Santa Catarina. A empresa responsável pela construção foi a norte-americana *Brazil Railway Company*, de propriedade do empresário Percival Farquhar, que também era dono da madeireira *Southern Brazil Lumber and Colonization Company*, e tinha como interesse a exportação de madeira das terras que costeavam a ferrovia.

A empresa responsável pela construção ferroviária levou o governo federal a usar suas terras como moeda de pagamento pela obra. Assim o governo repassou-lhe a propriedade de 9 quilômetros de cada lado da estrada, em toda sua extensão e também o direito de exploração dos recursos naturais contidos no território. A estrada de ferro foi planejada para passar, em sua maior extensão, próximo ao Rio do Peixe, afluente da margem direita

do Rio Uruguai, de Calmon até Volta Grande, resultando em 1.403 quilômetros de extensão total.

Os grupos de trabalhadores foram formados a partir de uma imigração consentida. Contratados de diversas regiões do país e de comunidades de países pobres da Europa, porém enganados com promessas de terra e riqueza. Essas contratações foram feitas pelo engenheiro responsável pela ferrovia, Achilles Stenghel. Esses trabalhadores foram distribuídos por 372 quilômetros ao longo da via férrea. Com o término das obras de implantação da estrada de ferro e com a extração da madeira das florestas ao longo do Rio do Peixe, os trabalhadores não foram repatriados, nem mesmo receberam a política de reassentamento prometida na contratação. Muitos foram dispensados e outros foram eliminados em assassinatos ocorridos em conflitos. Os remanescentes dispersaram-se na região, ocupando alguns ofícios ou empregando-se na agricultura (BITTENCOURT, 2012).

Com o agravar dessas situações, a Guerra do Contestado foi marcada por disputas territoriais que geraram conflitos de ex-funcionários da madeireira, junto aos antigos moradores, contra os madeireiros e a elite local.

Diante dessa situação, o governo federal utilizou forças militares para obter êxito sobre a população, resultando no fim da guerra em 1916, após a assinatura do Acordo de Limites Paraná - Santa Catarina. Tanto os paranaenses quanto as autoridades de Santa Catarina buscavam uma solução, que chegou no dia 20 de outubro de 1916, assinado pelo presidente da República Wenceslau Brás, no Palácio do Catete no Rio de Janeiro. O acordo definiu que o Paraná ficaria com 20 mil quilômetros quadrados e Santa Catarina com 28 mil, compreendidos na área catarinense os municípios de: Caçador, Videira, Rio das Antas, Porto União, Mafra, Tangará, Pinheiro Preto, Ibicaré, Concórdia, Joaçaba, Itaiópolis, Itapiranga, Chapecó, Xanxerê, Itapiranga, São Miguel do Oeste, Mondaí, Palmitos, Dionísio Cerqueira, São Carlos, e demais regiões que destes tiveram sua origem (SCAPIN, 1996)

## 2.2 Parque Linear

“Os parques urbanos são espaços públicos com dimensões significativas e predominância de elementos naturais, principalmente cobertura vegetal, destinado à recreação” (KLIASS, 1993, p. 19). De acordo com Benini e Martin (2010), os parques urbanos são uma iniciativa sustentável de uso livre e ocupação das áreas urbanas com tratamento, como infraestrutura, mobiliário urbano e paisagismo, apresentando as funções de lazer, recreação, ecológica e cultural. Destacam-se nesse contexto, as contribuições ecológicas e sustentáveis, pois faz-se necessário, portanto, que as cidades adotem outras medidas para esses espaços, que são compostos por elementos naturais, visem a redução da crescente urbanização e industrialização sugerindo conexões entre fragmentos de áreas verdes.

Conforme Macedo e Sakata (2003) independente da estrutura, todos os parques são espaços destinados ao público, com os objetivos de promover a recreação e de conservar

a natureza na sua forma e estrutura original.

O parque linear diferencia-se principalmente do parque urbano tradicional em função da sua longitudinalidade e sua finalidade. Assim como em todos os parques urbanos, ele tem por função proteger a biodiversidade, oferece lazer, recreação e cultura para a população, somando a essas características a função de conservação das áreas marginais aos rios, arroios e córregos, processo este que contribui para melhorar a absorção do solo e proteger os cursos d'água.

É importante quando se avaliam soluções para os espaços urbanos, como a de implantação de caminhos verdes, destacar o papel da vegetação como um fator termorregulador do microclima, pois contribui de forma considerável no controle da radiação solar, na temperatura, na umidade do ar, na ação dos ventos e das chuvas e inclusive na melhoria da qualidade do ar, ao amenizar sua poluição (MASCARÓ; MASCARÓ, 2009). Para Giordano (2004) eles são artérias lineares com princípios de desenvolvimento sustentável, através dos objetivos de conservação e preservação dos recursos naturais e são caracterizados pela capacidade de associar fragmentos florestais a outros elementos encontrados na paisagem natural, além de agregarem as funções de uso humano, tais como, atividades de lazer e rotas de locomoção humana não motorizada.

A implantação de parques lineares causa efeitos positivos para a sociedade, os quais podem ser observados através da quantidade de pessoas que passam a circular por estes espaços, os quais ligam diferentes pontos em uma área de uma cidade. Assim como as áreas verdes, os parques, praças e jardins urbanos, tornam-se os principais elementos de defesa do meio ambiente nas cidades, constituindo elementos imprescindíveis para o bem-estar físico e mental da população (LOBODA; ANGELIS, 2005).

Conforme Friedrich (2009), pelo fato de não existir um método de planejamento de parques lineares, é indicado que inicialmente seja realizado um diagnóstico, ou seja, uma investigação da área onde o parque será implantado e o grau de envolvimento com o público durante a fase projetual. A concepção deve envolver o programa de necessidades, sítio e preexistências, além de considerar a simbologia do projeto para a população do entorno, pois um parque bem integrado pode oferecer maiores possibilidades de interação e de utilização.

A falta de manutenção do lugar é uma variável que influencia na ocorrência de atos de vandalismo em praças e parques urbanos, os acúmulos de lixo em calçadas e áreas verdes também podem se tornar um problema. Se não houver uma limpeza regular, a tendência de as pessoas acumularem lixo será maior.

O poder público, além de responder pelo planejamento e gestão ambiental, responde pela preservação de áreas para recreação, pelo recolhimento de tributos para serem aplicados na aquisição, instalação e manutenção do ambiente urbano, bem como, o pelo incentivo da articulação com a iniciativa privada no processo (MEDEIROS, 1975 *apud* ROCHA, 2015, p. 45).

Conforme Moreira (2007), o processo de requalificação urbana compreende as modificações das características de um espaço urbano que está em transição devido a um processo de declínio. Para Loboda e Angelis (2005 *apud* ROCHA, 2015, p. 48):

Os projetos de intervenção ou reabilitação das áreas verdes públicas deveriam atentar para outros aspectos além da manutenção da estrutura física dos lugares, mas, sobretudo, considerar as suas funções sociais, geoambientais e estéticas.

A estratégia de requalificação de espaços urbanos, como as praças e parques, deveria considerar em sua proposta ações que reforcem a identidade local e a participação dos usuários no processo, assim como, deveriam ser proporcionados acontecimentos nos locais, incentivando as pessoas a procurarem vida, movimento e atividades nestes espaços. Os usuários que vão a esses ambientes públicos têm objetivos diferentes, podendo estar satisfeitos ou não, o que depende do grau e flexibilidade de oportunidades que essas áreas possam oferecer.

### 2.3 Parque do Rio do Peixe

O Parque Rio do Peixe é um projeto de autoria do arquiteto videirense Artur Brandalise, com o qual se pretende criar um parque linear que englobe o traçado da linha férrea São Paulo – Rio Grande compreendido entre os limites do estado de Santa Catarina, abrangendo a região em que se desenrolou a Guerra do Contestado.

A proposta prevê que o parque iniciará no município de Calmon e atravessará 360km em direção ao sul até o município de Alto Bela Vista, na fronteira com o Rio Grande do Sul e “unirá as cidades que se desenvolveram nas margens do Rio do Peixe preservando a sua história e promovendo um desenvolvimento econômico sustentável” (BRANDALISE, 2018) por meio de uma ligação direta de pontos atrativos turísticos dos vários municípios.

O parque se estrutura em uma faixa de 50m centralizada pela ferrovia, com a qual se pretende preservar a fauna, flora e a história da região, marcada principalmente pela Guerra do Contestado. Prevê a implantação de uma ciclovia em aproximadamente 300 km do trajeto margeando o rio e, nas cidades em que passará, serão projetados locais para convívio com cultura, esporte e lazer. Por fim o projeto conta com a readequação dos trilhos em trechos urbanos de 5 km a 10 km para a ativação de um transporte de passageiros com intuito turístico (BRANDALISE, 2019).

Por ter seu traçado delimitado pela ferrovia, o parque passará por diversos pontos turísticos relacionados à Guerra do Contestado como o túnel e a Cruz do Vacariano – na cidade de Pinheiro Preto –, a réplica da estação Rio Caçador – que funciona como Museu Histórico e Antropológico da Região do Contestado, próximo aos trilhos da cidade de Caçador –, as estações ferroviárias no decorrer da linha – algumas em ruínas, outras em bom estado e conservação – e a maria-fumaça que trafega entre Piratuba (SC) e Marcelino Ramos (RS).

As estações ferroviárias têm maior destaque por serem encontradas em toda a extensão do parque. Foram originalmente construídas 34 estações, restando hoje apenas doze em bom estado de conservação, duas sem vestígios de suas construções, uma réplica e as demais em situação precária ou ruínas. Parte destas edificações são utilizadas para diversos fins como museus, oficinas, restaurantes ou sede de órgãos públicos, enquanto aproximadamente metade não se encontram em situação de uso ou apenas abandonadas (BRANDALISE, 2019).

Em Pinheiro Preto encontram-se o túnel e a Cruz do Vacariano, dois pontos importantes para o turismo local. O túnel foi construído em meio à rocha e começou a ser utilizado no ano de 1910. A cruz, construída com restos de trilho, é um monumento em honra às vítimas do assalto ao trem pagador, fato ocorrido durante a construção da ferrovia, e a todos que perderam suas vidas na construção da via férrea (PINHEIRO PRETO, 2013).

A maria-fumaça na cidade de Piratuba conta com uma locomotiva que comporta até seis vagões e realiza passeios a Marcelino Ramos, no Rio Grande do Sul. Trata-se de um trecho da ferrovia São Paulo – Rio Grande que está em funcionamento e tem por objetivo manter viva a cultura da época através dos passeios e do acervo de “antiguidades utilizadas pelos ferroviários, ferramentas da construção da ferrovia, maquetes e outros objetos da época em que a Maria Fumaça era o principal meio de locomoção de passageiros e cargas” (PIRATUBA, 201-).

### 3 | RESULTADOS

A análise teórica permite compreender de como a implantação do Parque Rio do Peixe através de suas atrações de lazer, como o ciclismo e o contato com a natureza, aproxima a população dos acontecimentos registrados ao longo de sua extensão, como as estações ferroviárias, o túnel, a cruz do Vacariano e os próprios trilhos por onde passava a locomotiva e cuja construção marcou tão profundamente a região.

Atrair a população para estes espaços fortalece o vínculo com a sua própria história, aumentando a proximidade do cidadão com seu passado e consolidando o sentimento de pertencimento da história. Sentimento este que se reflete em cuidado e proteção das estruturas e ambientes que a ele remetem. Em contrapartida, um espaço limpo e bem cuidado tem potencial consideravelmente maior de atração, tanto da população local quanto de turistas.

Assim, com esta análise é possível perceber que o Parque Rio do Peixe, além de visar o retorno de inúmeros benefícios à população do meio oeste catarinense em relação à saúde e bem-estar, demonstra aumentar o potencial turístico da região. Os municípios do Vale do Contestado oferecem variedades de atrativos, culturas e paisagens aos turistas que por ali passam, tais como as cachoeiras, vales e planaltos de vegetação preservada, onde o ecoturismo é uma excelente opção, também não há como não se encantar com a arquitetura típica das construções e a riqueza multicultural, herança imaterial do Contestado.

## 4 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os parques de modo geral, podem contribuir de forma satisfatória no processo de valorização e preservação de um patrimônio histórico, um bem cultural que possa portar de uma referência, contar a história ou a vida de uma sociedade, como é o caso da ferrovia São Paulo – Rio Grande, a qual representa essa identidade e memória de um povo, de uma comunidade.

Conclui-se então, que a construção do Parque Rio do Peixe apresenta potencial para a perpetuação da cultura da região através do incentivo ao uso do espaço, promovendo maior sociabilidade entre a população local, fortalecendo o vínculo com a própria história, ou seja, para satisfazer as necessidades dos usuários devem-se relacionar o parque com o contexto em que será inserido, enriquecendo assim a paisagem urbana e a vida cultural do local. Os benefícios vêm em uma via de mão dupla: o parque linear auxilia na manutenção da memória da Guerra do Contestado e nos processos subsequentes de imigração e colonização do oeste de Santa Catarina, assim como os pontos de interesse provenientes desta história fazem com que o trajeto tenha maior apelo e potencial turístico para seu atual e futuro mantimento.

Por fim, pode-se afirmar que a história da Guerra do Contestado permanecerá viva e presente na vida do povo que usufruir e se beneficiar da implantação do Parque Rio do Peixe. O Contestado vive no estado de Santa Catarina, enraizado devido a existência da Ferrovia São Paulo-Rio Grande que por ali passa.

## REFERÊNCIAS

BENINI, Sandra Medina; MARTIN, Encarnita Salas. Decifrando as áreas verdes públicas. **Revista Formação**, Presidente Prudente, v. 2., n. 17, p.63-80, 2010.

BOGDAN, Robert C.; BIKLEN, Sari Knopp. **Qualitative Research for Education**: an introduction to theories and methods. 5 ed. Boston: Allyn and Bacon, 1982.

BITTENCOURT, Adgar. **Adeotado vancê é o nosso “último” chefe**: guerra do Contestado, uma visão holística. Joaçaba: 2012.

BRANDALISE, Artur. **Parque Rio do Peixe**. [2018]. Disponível em: <https://parqueriodepeixe.com.br/>. Acesso em: 21 fev. 2019.

BRANDALISE, Artur. **Parque Rio do Peixe**. [Entrevista cedida a] Marcia Garbin. Videira, fev. 2019. 01 gravação (39 minutos). Entrevista concedida para a elaboração do artigo: A Contribuição da Implantação do Parque Rio do Peixe para a Preservação da História e Memória da Guerra do Contestado.

ESPIG, Márcia Janete. A construção da Linha Sul da Estrada de Ferro São Paulo - Rio Grande (1908-1910): mão de obra e migrações. **Varia história, Belo Horizonte**, v. 28, n. 48, jul-dec. 2012.

FRIEDRICH, Daniela. **O parque linear como instrumento de planejamento e gestão das áreas de fundo de vale urbanas**. 2007. Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Faculdade de Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999. 43 p.

GIORDANO, Lucília do Carmo. **Análise de um conjunto de procedimentos metodológicos para a delimitação de corredores verdes (greenways) ao longo de cursos fluviais**. Rio Claro: 2004. Tese (Doutorado em Geociências) – Instituto de Geociências e Ciências Exatas, Universidade Estadual Paulista, São Paulo, 2004.

KLIASS, Rosa Grena. **Os Parques Urbanos de São Paulo**. São Paulo: Pini Editora. 1993.

LAKATOS, Eva Maria.; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 5. ed. São Paulo: Atlas, 2003. 311 p.

LOBODA, Carlos Roberto.; ANGELIS, Bruno Luiz Domingos de. Áreas verdes públicas urbanas: conceitos, usos e funções. **Ambiência**, Guarapuava, v. 1, n. 1, 2005. Disponível em: <<https://revistas.unicentro.br/index.php/ambiencia/article/view/157/184>>. Acesso em: 24 fev. 2019.

MACEDO, Sílvio Soares.; SAKATA, Francine Gramacho. **Parques Urbanos no Brasil**. São Paulo: Editora Publifolha, 2003, 208 p.

MASCARÓ, Lucia.; MASCARÓ, Juan José. **Ambiência urbana**. Porto Alegre: Masquatro, 2009, 199 p.

MEDEIROS, Ethel Bauzer. **O lazer no planejamento urbano**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1975.

MOCELLIN, Renato. **Os Guerrilheiros do Contestado**. 1. ed. São Paulo: Editora do Brasil, 2014.

MOREIRA, Maria da Graça dos Santos Antunes. Requalificação Urbana – Alguns Conceitos Básicos. **Artitextos**, Lisboa: n.5., dez. 2007. Disponível em: <<https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/1802?mode=full>>. Acesso em: 22 fev. 2019.

OLIVEIRA, Antonio Benedito Silva. **Métodos e técnicas de pesquisa em contabilidade**. São Paulo: Saraiva, 2003. 177 p.

PIAZZA, Walter F.; HÜBENER, Laura Machado. **Santa Catarina: história da gente**. Florianópolis: Lunardelli, 1983. 150 p.

PINHEIRO PRETO. **Histórico**. [2013]. Disponível em: <<https://www.pinheiropreto.sc.gov.br/cms/pagina/ver/codMapaltem/20577>>. Acesso em: 23 fev. 2019.

PIRATUBA. **Passeio de Maria Fumaça**. [201-]. Disponível em: <[http://www.piratuba.com.br/arquivos\\_internos/index.php?abrir=pontos\\_turisticos&acao=mais\\_detalhes&id=45](http://www.piratuba.com.br/arquivos_internos/index.php?abrir=pontos_turisticos&acao=mais_detalhes&id=45)>. Acesso em: 23 fev. 2019.

ROCHA, Andressa Marina Mativi. **Variáveis que Devem Ser Consideradas nos Projetos de Requalificação Urbana em Parques Lineares: O Caso do Parque Itaimbé, em Santa Maria/RS**. Pelotas: 2015. Dissertação (Mestrado em Arquitetura e Urbanismo) – Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2015.

SCAPIN, Alzira. **Videira nos caminhos de sua história**. Videira: Prefeitura Municipal de Videira, 1996.

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 

 **Atena**  
Editora

Ano 2020

# REDE CONTESTADO DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA

[www.atenaeditora.com.br](http://www.atenaeditora.com.br) 

[contato@atenaeditora.com.br](mailto:contato@atenaeditora.com.br) 

[@atenaeditora](https://www.instagram.com/atenaeditora) 

[www.facebook.com/atenaeditora.com.br](https://www.facebook.com/atenaeditora.com.br) 